

O BRASIL E O MUNDO

O ano de 2018, no Brasil e no mundo, ainda apresentou reflexos da crise financeira internacional, deflagrada dez anos antes. Como tendência mais geral, diversos países caminharam para retirar os estímulos monetários e financeiros de suas economias estabelecidos no começo da década.

Ao longo do ano, houve dois momentos bem distintos. Até meados de setembro, a recuperação das principais economias apontava para um aperto das condições de liquidez global, com o fim dos programas de compras de ativos pelos respectivos bancos centrais, lançados depois do início da crise, e a elevação das taxas básicas de juros. Esse contexto manteve pressionadas as taxas de câmbio dos mercados emergentes.

Contudo, ao se aproximar o fim do ano, a desaceleração acentuada do ritmo de crescimento das economias centrais, associada à escalada da guerra comercial entre Estados Unidos e China, ensejou mudanças significativas no plano de voo das autoridades monetárias. As condições financeiras voltaram a ser flexibilizadas, principalmente com a suspensão dos aumentos das taxas do FED (Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos), melhorando as perspectivas futuras de evolução da atividade econômica global no curto prazo.

No caso brasileiro, a economia permaneceu refém do baixo crescimento, fruto, em grande parte, das incertezas políticas decorrentes do processo eleitoral

e de um quadro fiscal adverso. Mas, a renovação política nos poderes Legislativo e Executivo, a partir das eleições gerais de outubro, trouxe novas expectativas para o horizonte econômico, com melhoria de indicadores, como a expectativa de inflação, índice da bolsa de valores e os juros futuros.

Logo depois de ser confirmado, o novo governo indicou uma equipe econômica comprometida com a pauta do aprofundamento das reformas, de modo a fomentar a elevação do crescimento econômico de médio e longo prazo.

No parlamento, também houve grande renovação: dos 513 deputados federais que tomaram posse em janeiro de 2019, 243 estão em seu primeiro mandato. Já no Senado, dos 54 senadores que assumiram o cargo, somente oito foram reeleitos e quatro já haviam passado pela Casa em outras ocasiões.

A sensível mudança da agenda econômica, ocorrida nos últimos três anos, voltada para um conjunto de reformas estruturais favoráveis ao mercado, cujo objetivo é elevar o potencial de crescimento de longo prazo, começa a surtir seus primeiros efeitos.

Cabe citar tanto a continuidade de redução das metas inflacionárias, iniciada em 2017, para o triênio subsequente (de 4,25% em 2019; 4,0% em 2020 e 3,75% em 2021), quanto a tendência de queda das taxas longas de juros (as taxas de juros das NTN-Bs de trinta anos saíram de 7,1% em 2015 para 5,2% em 2018).

Tais avanços foram possíveis em um ambiente em que a inflação se manteve sob controle, com as expectativas do

mercado financeiro ancoradas na meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Ressalte-se que esse ambiente benigno ocorreu a despeito de diversos choques enfrentados pela economia brasileira, tais como a greve dos caminhoneiros em maio e a alta de preços dos combustíveis.

A questão dos gastos públicos, porém, permaneceu como o ponto vulnerável da economia local. O novo regime fiscal, amparado no teto de gastos, vem tornando cada vez mais evidente para a sociedade brasileira a necessidade de ajustamento das contas. Mas, a evolução dos gastos obrigatórios, em particular a trajetória da despesa primária com benefícios previdenciários, torna premente a necessidade de uma reforma do sistema de previdência social no país.

A redução das concessões de subsídios creditícios, em conjunto com o menor patamar dos juros básicos, vem sendo um catalisador importante para as emissões privadas no mercado de capitais doméstico. Em particular, destacam-se as debêntures incentivadas, beneficiadas pela Lei 12.431, cujo volume emitido foi superior a R\$ 20 bilhões em 2018. Dessa maneira, o financiamento privado de longo prazo melhora a alocação de recursos da economia e surge como um importante vetor para o desenvolvimento econômico.

Além disso, a reforma trabalhista, mesmo que ainda não tenha seus impactos integralmente materializados, traz uma perspectiva de maior agilidade e flexibilidade ao mercado de trabalho.

DESAFIOS E VISÃO DE FUTURO

Dessa forma, a economia tende a elevar sua produtividade e reduzir o desemprego no longo prazo, à medida que seus efeitos se concretizem.

A agenda de reformas ainda é longa, e o esforço para sua implementação deve ser contínuo. Medidas adicionais, como a maior racionalização do sistema tributário, a simplificação regulatória para melhorar o ambiente de negócios e a maior abertura da economia, entre outras, são fundamentais para o aumento do crescimento no longo prazo.

A despeito de o ritmo de expansão da economia em 2018 ainda ter ocorrido aquém do desejado (com o PIB expandindo-se 1,1%, no mesmo patamar de 2017), o crescimento da produção industrial de bens de capital apresentou expressiva elevação (+7,3%). Os investimentos externos diretos no país permanecem com desempenho muito robusto, sendo mais do que suficientes para o financiamento do déficit em transações correntes.

A lenta retomada da atividade, conjugada com as expectativas de inflação abaixo da meta, sugere que as taxas de juros devam continuar em patamares reduzidos, o que tende a estimular a economia ao longo de 2019. Com a continuidade da implementação das reformas, espera-se uma aceleração do crescimento da economia, com aumento, sobretudo, da parcela do investimento, o que deve se refletir na demanda por financiamento do BNDES.

Tornar o Brasil um país sem miséria, socialmente justo, com economia dinâmica, geração sustentável de emprego e renda, infraestrutura adequada, atraente para novos investimentos e tecnologicamente avançado é um desejo de toda a sociedade e, para alcançar esse objetivo, temos uma importante parcela de contribuição, sempre de forma relevante e efetiva.

Não se trata de um sonho impossível, mas de uma tarefa inerente à visão de futuro do BNDES por sua natureza e vocação. Somos o banco do desenvolvimento do Brasil e faremos todo o esforço necessário para que o país caminhe na trilha do crescimento com sustentabilidade.

Nos últimos anos, sofremos uma queda da demanda por nossos recursos. Essa queda reflete, em grande medida, a própria redução dos investimentos na economia, mas não somente isso. Profundas mudanças começaram a ocorrer no ambiente em que estamos inseridos – desde alterações nas condições financeiras, como a convergência das taxas cobradas pelo BNDES com as taxas de mercado, passando pela redução da disponibilidade de *funding* público, entre outras.

Para além de questões financeiras, há as de caráter mais estrutural, como o envelhecimento populacional; a agenda da sustentabilidade, na qual o Brasil pode ser protagonista; e os avanços tecnológicos disruptivos, com amplas consequências sobre o emprego e a

qualificação profissional. Aumentar a produtividade da economia, com especial atenção para o *gap* de infraestrutura e educação, permanece um grande desafio. A relação entre o aumento da violência e os indicadores de pobreza e desigualdade social também se destacam como preocupações no país.

Ganharam força no cenário internacional os riscos associados a desastres climáticos e o agravamento de tensões comerciais e geopolíticas. Outro grande desafio que permanece é a difusão da agenda de digitalização. Se, por um lado, essa agenda pode ser uma solução para elevar a produtividade, ela também pode implicar o aumento de desigualdades, no longo prazo, tanto intra como entre nações. Segundo o Trade and Development Report 2018, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), para que os benefícios de aumento da produtividade das novas tecnologias de digitalização sejam obtidos sem a acentuação das desigualdades sociais e regionais, são necessários investimentos pesados em infraestrutura de telecomunicações, em organização de infraestrutura de dados e em requalificação profissional. Do ponto de vista da sustentabilidade financeira global, pressões para a flexibilização de regras de regulação financeira e a elevação do endividamento privado são também pontos de atenção, em cenários de médio prazo.

No cenário econômico nacional, por conta de ameaças do ambiente internacional ou por aumento da instabilidade político-institucional, também existem riscos e desafios relevantes, ao mesmo tempo que aparecem

oportunidades que exigem nosso posicionamento em diversos campos.

Como banco de desenvolvimento, agente ativo de transformação, que antecipa e apoia futuros promissores e promove melhores práticas, nosso trabalho vai muito além de meramente conceder o apoio financeiro, servindo à sociedade brasileira. Cabe a nós entender as dinâmicas de transformação e seu impacto em nossos clientes, assim como implementar as mudanças necessárias em nosso modelo de negócios, revendo processos, portfólio de produtos e até mesmo competências internas.

Por isso, o BNDES está em movimento. Estamos nos transformando internamente para ajudar a transformação do país e para ser um relevante agente de desenvolvimento nos cenários que se configurarem.

Nossa transformação envolve assumir de maneira ainda mais efetiva a postura fomentadora de negócios. Campanhas de fomento estruturado estão trazendo novos clientes e estimulando novos negócios, ampliando e democratizando nosso crédito, seja para empresas com menor acesso em função de seu porte, seja pela oferta de soluções financeiras para clientes de regiões, territórios e setores não atendidos de forma satisfatória pelo sistema financeiro privado. Novos produtos estão sendo criados para responder a necessidades de diferentes segmentos de clientes e focar novos e promissores nichos de negócios. Essa visão de futuro já vem se materializando: em 2018, quase metade de nossos desembolsos já foram para micro, pequenas e médias empresas (MPME).

Viabilizar investimentos em infraestrutura continua sendo uma prioridade para a qual temos contribuído com efetividade. Para destravar investimentos em segmentos tão necessários ao país, a ampliação das atividades de estruturação de projetos se mostra

imprescindível. Nesse aspecto, nosso papel é desenvolver e apoiar projetos que possibilitem aumentar a produtividade e a conexão entre os mercados, viabilizando novos negócios para o país.

O Brasil está diante de um novo ciclo de concessões de ativos. Temos o exemplo do sucesso no setor de energia elétrica, com a privatização das distribuidoras estaduais federalizadas. Depois de vinte anos criando prejuízos enormes ao setor público, elas foram vendidas em concorridos leilões com o compromisso do setor privado investir na melhora e expansão do serviço. Novas oportunidades de venda de lotes de rodovias, aeroportos, empresas de saneamento e de gás estão colocadas. Em todos esses casos, o investimento privado vai abrir perspectivas para o uso desses ativos de forma mais eficiente, criando novas oportunidades de emprego.

No setor de saneamento, são grandes os desafios para destravar os investimentos e engajamos nossa *expertise* para apoiar a própria melhoria do ambiente de negócios e promover um setor tão importante para a saúde da população, em especial nas regiões menos desenvolvidas. Será preciso buscar soluções que contemplem ativos de maior risco e elevadas externalidades, elaborando estruturas de financiamento apropriadas (que podem ser viabilizadas por nós ou por nossos parceiros de mercado). Essa agenda está em linha com o que os bancos de desenvolvimento de outros países estão fazendo e é fundamental para alavancar o desenvolvimento do país.

Além de infraestrutura, atuamos em estrutura produtiva, educação, saúde e segurança, buscando estimular a inovação, fortalecer o mercado de capitais, alavancar o desenvolvimento regional e promover a sustentabilidade.

A ampliação de nosso diálogo com a sociedade brasileira é outra linha de

avanço. Em 2018, lançamos o segundo Relatório de Efetividade, aprimorado em relação ao primeiro. A audiência pública realizada em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU) também foi um importante passo para melhorar a divulgação de nossas informações na seção Transparência de nosso *site*. Nossa visão aponta para um esforço maior não apenas de prestação de contas, mas também da comunicação da efetividade de nossas ações para diversos públicos: sociedade, clientes, entidades de classe, órgãos reguladores, governos, entre outros.

Essa transformação passa por mudanças internas. Estamos nos tornando mais ágeis e mais digitais, ajustando processos para acelerar nossos trâmites e melhor contribuir para a retomada da economia e para o acesso ao crédito, sem perder a qualidade e a conformidade em nossas atividades. Já foram implementadas novas esteiras de crédito mais ágeis, simples e eficientes, reduzindo significativamente os prazos de concessão.

Estamos nos transformando para melhor exercer nosso propósito de transformar a vida de gerações de brasileiros, promovendo desenvolvimento sustentável. Nossa visão, nosso desejo, o que nos inspira é trabalhar para tornar o Brasil um país desenvolvido: promover maior crescimento da renda, com redução das desigualdades e melhoria do padrão de vida da população brasileira, de forma sustentável. A construção do futuro do Brasil conta com um banco entusiasmado em apoiar a formulação de políticas públicas, competente na estruturação de projetos e movido pela missão de viabilizar soluções financeiras, tanto com seus produtos como com sólidas parcerias. E com o compromisso enraizado de comunicar tais ações de forma transparente, em um diálogo contínuo com a sociedade.